

# Diversidade Sexual e Relações de Gênero nas Políticas Públicas: o que a laicidade tem a ver com isso?



# Abrapso

## Associação Brasileira de Psicologia Social

### **Diretoria**

Presidente: Aluísio Ferreira de Lima  
Primeiro Secretário: Marcelo Gustavo Aguilar Calegare  
Segundo Secretário: Leandro Roberto Neves  
Primeira Tesoureira: Déborah Christina Antunes  
Segunda Tesoureira: Renata Monteiro Garcia  
Suplente: Carlos Eduardo Ramos

### **Editoras**

Cleci Maraschin - UFRGS  
Neuza Maria de Fátima Guareschi - UFRGS

### **Editora Executiva**

Ana Lúcia Campos Brizola - UFSC

### **Conselho Editorial da Editora ABRAPSO**

Ana Maria Jacó-Vilela – UERJ  
Andrea Vieira Zanella - UFSC  
Benedito Medrado-Dantas - UFPE  
Conceição Nogueira – Universidade do Minho - Portugal  
Francisco Portugal – UFRJ  
Lupicínio Íñiguez-Rueda – UAB - Espanha  
Maria Lúcia do Nascimento - UFF  
Pedrinho Guareschi – UFRGS  
Peter Spink – FGV

# Diversidade Sexual e Relações de Gênero nas Políticas Públicas: o que a laicidade tem a ver com isso?

Organização:

Henrique Caetano Nardi

Paula Sandrine Machado

Raquel da Silva Silveira

Diagramação e Criação de Capa: Editora Deriva

Imagem da Capa: Montagem de Perseu Pereira a partir da obra *O jardim das Delícias Terrenas* de Hieronymus Bosch

D618      Diversidade sexual e relações de gênero nas políticas públicas: o que a laicidade tem a ver com isso? / Henrique Caetano Nardi; Paula Sandrine Machado e Raquel da Silva Silveira [orgs.] – Porto Alegre: Deriva/ Abrapso, 2015.

220f. ; 14 X 20 cm.

ISBN: 9788562628-97.9

1. Psicologia Sexual. 2.Gênero 3.Diversidade Sexual. 4. Políticas Publicas. I.. Nardi, Henrique Caetano. II. Machado, Paula Sandrine e. III. Silveira, Raquel Silveira da silva

CDU 306.7

Ficha catalográfica elaborada por Rosângela Broch Veiga – CRB 10/1734

Editora Deriva

[www.deriva.com.br](http://www.deriva.com.br)

[deriva@deriva.com.br](mailto:deriva@deriva.com.br)

Editora da ABRAPSO

Rua Ramiro Barcelos, 2600 sala 300e

Porto Alegre, RS – Brasil

CEP 90035-003

[editora@abrapso.org.br](mailto:editora@abrapso.org.br)



# Formações em Gênero e Diversidade Sexual: conceitos, princípios e práticas

---

Cristina Gross Moraes  
Eric Seger de Camargo  
Henrique Caetano Nardi

Este texto tem como objetivo fornecer elementos para a reflexão a respeito do trabalho de formação no campo das relações de gênero e, mais especificamente, da diversidade sexual e de identidade de gênero. Busca, ainda, relatar brevemente experiências de ações educativas efetuadas pelo Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Raça (CRDH), programa de extensão do Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no decorrer dos anos de 2012-2014.

O CRDH/Nupsex tem por objetivo promover o respeito à liberdade em relação às expressões da sexualidade e de gênero por meio de ações educativas no espaço universitário, na rede de políticas públicas (educação, saúde, segurança e assistência, principalmente), assim como na sociedade civil. Nesta direção, buscamos enfrentar o heterossexismo, o cissexismo e o

sexismo<sup>1</sup> em uma perspectiva interseccional (Crenshaw, 2002), evidenciando as formas como o preconceito e a discriminação foram naturalizados nesses espaços e como se cruzam com outros marcadores sociais da diferença, sobretudo, raça e classe.

Compreendendo que as ações nesse campo necessitam de uma abordagem interdisciplinar e buscando a coerência com nossa proposta, o grupo que conduziu as ações foi composto por pessoas (professoras/es e estudantes de graduação e pós-graduação) pertencentes a diversos cursos e atravessadas por distintos marcadores sociais de raça, classe, gênero, identidade de gênero e orientação sexual.

Tais marcadores sociais produzem experiências distintas de subjetivação<sup>2</sup>, assim, um dos elementos potentes para a produção de

- 
- 1 O Projeto também tem como propósito a realização de acolhimento a pessoas que precisam de orientação em relação aos serviços da rede pública que prestam assistência às pessoas vítimas de violência associada ao gênero e à sexualidade, tais como homofobia, lesbofobia, transfobia e misoginia/sexismo. Um dos serviços realizados nesse campo foi a produção de pareceres psicossociais para alteração de nome de pessoas trans\*, os quais são discutidos no capítulo 8.
  - 2 Entendemos por subjetivação os distintos processos que conduzem a uma subjetividade que é simultaneamente produzida socialmente e vivida no plano individual. Compreendemos o conceito de subjetividade a partir de Michel Foucault (1994), ou seja, como a experiência que o sujeito faz de si mesmo na relação que estabelece com um jogo de verdades. Esse conceito remete à ideia de que experimentamos ser o que somos (assim como julgamos nossas ações e tomamos decisões sobre o nosso destino e das/os demais) a partir daqueles discursos/saberes que nos são apresentados como verdades em um determinado tempo/espço.

estratégias de formação para o público alvo foi a construção de um espaço de discussão interno ao grupo. Nesse espaço buscamos discutir as distintas vivências de discriminação (assim como de privilégios – como aqueles atribuídos à branquitude e à heterossexualidade) a partir de distintas posições de fala e de acesso aos diferentes saberes disponíveis no contexto universitário e nas diferentes redes de sociabilidade. Esse exercício possibilitou a visibilização da reiteração dos regramentos de gênero e sexualidade, assim como de raça e classe, os quais reproduzem as violências nesse campo.

Esse exercício de partilha é um elemento importante para a epistemologia feminista e destacado pelas feministas negras como, por exemplo, Patrícia Hill Collins (1989), quando afirma a necessidade de trabalhar a dimensão da experiência, destacando os saberes locais (Haraway, 1995) como fundamentais para a desconstrução de hierarquias na produção do conhecimento que sustentam os privilégios de classe, raça, sexo, origem social/geográfica, língua, orientação sexual e identidade de gênero. Nosso “fator de encontro” enquanto grupo se situa no pertencimento a uma instituição acadêmica pública e na adesão a um projeto ético-político que luta pela construção de formas de viver mais igualitárias, respeitadas e livres, buscando contribuir para que as diferenças não sejam mais transformadas em desigualdades (Skliar, 2003) .

Enquanto estudantes e professoras/es inseridas/os no contexto acadêmico, partilharemos inicialmente alguns conceitos

---

É por esta razão que propor ações no campo da formação implica em entrar no jogo de verdades, desconstruindo aquelas que sustentam lógicas hierárquicas que reproduzem (e se sustentam) no preconceito, no estigma e na discriminação.

que demarcam a posição desde a qual estamos falando e que foram úteis para a formulação, assim como para as discussões que emergiram durante as oficinas.

## 1. Algumas referências

Um dos conceitos fundamentais utilizados pelo grupo é o de gênero. Quando falamos de “gênero”, estamos nos referindo aos processos sociais e históricos nos quais os indivíduos se constroem e se reconhecem enquanto “homens” ou “mulheres”.

De acordo com a historiadora norte-americana Joan Scott, “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (1995, p. 21). Desta forma, a autora nos instiga a pensar em como classificamos e hierarquizamos as categorias *ser mulher* e *ser homem* em determinados períodos históricos em nossa sociedade.

Nossas experiências no mundo são ordenadas a partir de relações de poder que demarcam posições muito desiguais para homens e mulheres. Cabe lembrar que a dimensão interseccional altera a afirmação de Scott, ou seja, quando trabalhamos com o marcador social racial, a afirmação acima vale para uma mulher branca, mas nem sempre para a mulher negra, uma vez que em sociedades racistas, o gênero não é a primeira forma de significar as relações de poder, mas sim a raça.

Sendo construções históricas, geradoras de desigualdades, podemos pensar em ações que possibilitem formas de resistência e a transformação destas relações substituindo, deslocando e invertendo regras. Assim, tal como argumenta Dagmar Meyer, gênero é “uma ferramenta conceitual, política e pedagógica



central quando se pretende elaborar e implementar projetos que coloquem em xeque tanto algumas das formas de organização social vigentes quanto as hierarquias e desigualdades delas decorrentes” (2005, p.10).

Nem sempre as relações de poder desiguais que caracterizam as relações de gênero são/foram reconhecidas. Coube aos movimentos feministas mostrar em como as diferenças entre homens e mulheres, que nos eram apresentadas como naturais, eram, de fato, construções históricas que serviam para justificar desigualdades. Isso se deve ao fato de que naturalizamos categorias históricas, ou seja, aprendemos a “ser/estar” no mundo a partir das ideias/verdades que nos são oferecidas pela cultura à qual pertencemos sem questionar como e para quê servem essas verdades. Assim, acabamos considerando “naturais” normas, regras e as palavras na linguagem como, por exemplo, o uso do masculino como “universal e neutro”, na medida em que o uso do masculino como regra para o plural (por exemplo: se há 900 mulheres e um homem em um evento, a regra nos diz que devemos usar o masculino como plural para descrever a plateia, tornando invisíveis à/ao leitor/a as mulheres ali presentes) é, de fato, uma hierarquia entre o masculino e o feminino que se reproduz na língua portuguesa.

Um dos teóricos cujos escritos apontaram para este processo de naturalização foi Michel Foucault. De acordo com Foucault, os saberes sobre sexualidade foram construídos ao longo da história e legitimados pelos discursos como da Medicina, da Biologia, do Direito, da Economia, da Linguística, etc. Estes saberes associam-se intrinsecamente às relações de poder, reiterando a “naturalidade” de alguns comportamentos em detrimento de outros.

Nessa direção, mesmo que a homossexualidade seja atualmente considerada como natural/normal de acordo com as ciências psicológicas e médicas desde que foi retirada do manual de diagnóstico de doenças mentais (DSM) da Associação Psiquiátrica Americana (APA), em 1973, ainda é possível observar, nas relações cotidianas, a rejeição social de homossexuais. A prática de profissionais de diversos campos (saúde, educação, justiça, assistência, segurança, trabalho, etc.) tem reiterado essa rejeição ao considerar a heterossexualidade como mais legítima que a homossexualidade. Assim, apesar do discurso científico e jurídico brasileiro não mais condenarem a homossexualidade, no plano moral e religioso a rejeição permanece (Nardi, 2014). Isso se dá, em parte, pois o debate em torno da diversidade sexual e de identidade de gênero não é algo presente na formação dos profissionais de diversos campos. Desta forma, o preconceito se mantém, pois se nutre da desinformação e dos privilégios derivados das hierarquias sociais que transformaram diferenças em desigualdades. Esse fato acaba por fazer com que, cotidianamente, servidoras/es públicos continuem a violar princípios constitucionais de igualdade, assim como os direitos humanos, ao dificultar ou barrar o acesso aos serviços prestados pelo Estado a parcelas da população, negando o pleno gozo dos direitos civis.

Tomando essas premissas como ponto de partida e compreendendo que as relações de poder marcadas pelo preconceito buscam sempre a inferiorização e a submissão do outro, buscamos elaborar questionamentos e ferramentas pedagógicas que mostrassem às/aos participantes das formações que elas e eles estão imersas nessas relações e, portanto, estão

no mundo como (re)produtoras das discriminações citadas, sem mesmo se darem conta disso, pois naturalizaram as hierarquias.

Outra autora importante que contribuiu para as discussões do grupo e elaboração de propostas foi a filósofa norte-americana Judith Butler. Para a autora, existe um encadeamento “obrigatório” entre sexo, gênero e orientação sexual<sup>3</sup> construído socialmente, o qual sustenta modelos hegemônicos hierarquizados em relação ao gênero e à sexualidade por meio de mecanismos sociais como a linguagem.

Judith Butler (2003) afirma que as identidades de gênero, em nossa matriz cultural, atribuem sentido ao que somos. É muito difícil, senão impossível, em nossa sociedade, viver fora dos polos do masculino e do feminino, pois aprendemos desde bebês a classificar e distinguir quase tudo na vida a partir desta divisão binária (nossa língua, por exemplo, impõe palavras masculinas e femininas). Ao nascermos, somos designados como homens ou mulheres (mesmo nas situações intersexuais, essa escolha é imposta socialmente), mas, ao crescermos, nem sempre nos identificamos com o sexo que nos foi atribuído. E, ainda que não

---

3 A heterossexualidade, a homossexualidade e a bissexualidade são as orientações sexuais mais conhecidas. Uma pessoa homossexual sente desejo por pessoas do mesmo sexo/gênero; uma pessoa heterossexual sente desejo por pessoas de sexo/gênero diferentes; uma pessoa bissexual sente desejo pelos 2 gêneros/sexos. Podemos também incluir as orientações pansexual e assexual, a primeira se refere a pessoas cujo desejo não se constroi a partir da divisão binária de sexo/gênero e, a segunda, se refere àquelas pessoas que não sentem desejo por ninguém.

nos identifiquemos como transexuais, travestis ou transgêneros<sup>4</sup>, pequenas transgressões (por exemplo, androginia, vestir-se ou portar-se de forma considerada não apropriada ao gênero ao qual pertencemos) são seguidamente reprimidas com violência.

No caso do Brasil e de muitos países latinos, mas não exclusivamente, o preconceito e a discriminação em relação à orientação sexual são acionados pelas condutas de gênero ditas discordantes (Costa, Peroni, Bandeira & Nardi, 2012). É importante ressaltar que o gênero se expressa de forma distinta em cada cultura e momento histórico (vide as perucas, maquiagem e ornamentos que os reis utilizavam, por exemplo, nos séculos XVII e XVIII). Para Judith Butler (2003), nada do gênero é natural, ou seja, o masculino e o feminino só existem como repetição de atos de vestimenta, práticas e expressões corporais que são aprendidas e repetidas no cotidiano. Para Butler (2003) não existe uma essência de gênero, uma natureza do gênero. A ideia de que existe algo essencialmente masculino ou feminino é produto desta reiteração permanente. São repetições que reiteram normas, regulando os corpos e criando uma ideia de natureza/substância.

Essa afirmação se torna explícita quando saímos de nossa cultura e vemos que aquilo que é considerado vestimenta ou prática social em nosso meio difere de outros, por exemplo, homens andam de mãos dadas nos países árabes, assim como

---

4 As transexualidades, travestilidades e a transgeneridade dizem respeito à identificação com um gênero diferente daquele que foi atribuído ao nascimento. Pode ou não envolver mudanças corporais que aproxima os corpos das representações hegemônicas de “homem” e “mulher”. As pessoas que se identificam com a transgeneridade podem não requisitar uma identidade de gênero fixa.

vestem túnicas, comportamentos que, no Brasil, só são aceitos quando executados pelas mulheres.

Através da leitura de Butler (2003), podemos entender por que pessoas comportam-se de forma heterossexista quando rejeitam demonstrações de afeto entre pessoas percebidas como não-heterossexuais em público. Lembramos que o heterossexismo implica em considerar a homossexualidade como inferior ou ofensiva, transformando uma diferença em desigualdade, por exemplo, reprovando demonstrações de afeto em público, como se esse fosse um direito exclusivo das pessoas heterossexuais<sup>5</sup>. Ou, ainda, quando pessoas cisgêneras<sup>6</sup> percebem-se como “naturais” em oposição a uma suposta “artificialidade” de pessoas trans<sup>7</sup>.

As oposições natural/não natural, normal/patológico, verdadeiro/falso se apresentam cotidianamente na forma como damos sentido às coisas e situações que nos cercam e são acionadas para hierarquizar vidas/comportamentos em sociedades marcadas pelo preconceito. Um exemplo banal, presente no senso comum, está em afirmar que homens ou mulheres homossexuais não são homens e mulheres de verdade; ou, ainda, quando as

---

5 Frases como “ah, tudo bem ser gay, mas não precisa ficar se beijando na rua, andando de mãos dadas” são reflexos do heterossexismo.

6 Pessoas cisgêneras são aquelas que se identificam com o mesmo gênero/sexo que lhes foi atribuído no nascimento. Exemplo: uma pessoa que é designada como sendo do sexo feminino, recebe um nome feminino e se adapta a ele. Seria o oposto às pessoas transgêneras, que recebem uma designação de sexo/gênero com a qual, em determinado momento da vida, não se identificam (Guaranha, 2014).

7 Trans é um termo abrangente que se refere às pessoas que se identificam como transexuais, travestis e transgêneros.

peças perguntam em relação às relações sexuais de um casal homossexual: “Quem faz o homem e quem faz a mulher?”

No caso de pessoas trans\* é ainda mais brutal a afirmativa sobre ser mulher ou homem “de verdade”, uma vez que as ciências médicas e biológicas utilizam parâmetros cromossômicos e genitais que limitam quem pode dizer-se homem ou mulher e quem tem direito a determinadas configurações corporais.

Essas compreensões sobre gênero e sexualidade estão presentes no campo da educação o tempo todo. Durante a experiência escolar são aprendidos comportamentos e conceitos, dentro e fora da sala de aula. A sexualidade e o gênero estão sendo ensinados, mesmo que não se fale especificamente sobre eles, e isso se dá por meio do silêncio em relação a determinadas práticas, pois não se fala em casamento de pessoas do mesmo sexo, nem de famílias com configurações diversas, ou personagens históricos homossexuais e trans, tampouco se oferece literatura que aborde essas questões. Assim, de forma explícita, a escola ensina gênero e sexualidade, assim como reitera o preconceito, nos insultos, nas brincadeiras, na arquitetura<sup>8</sup>, nos livros didáticos, nas festas e nos comportamentos discriminatórios de pessoas adultas.

É possível afirmar então que a escola está inserida em uma pedagogia da sexualidade que conforma estudantes dentro da lógica heterossexista. Segundo Richard Miskolci (2012), há

laços profundos entre educação e normalização social, entre a escola e os interesses biopolíticos,

---

8 As polêmicas recorrentes a respeito do uso dos banheiros pelas pessoas trans\* é uma exemplo gritante da forma como a escola (e o mundo) está pensada de forma binária e gendrada/generificada.

entre o sistema educacional e a imposição de modelos de como ser homem ou mulher, masculino ou feminino, hetero ou homossexual (2012, p.12)

Miskolci (2012) afirma que a educação tem se caracterizado pela reprodução de normas, mais especificamente das relações de gênero ou, ainda, da heteronormatividade. Ao pensar um *aprendizado pelas diferenças*, Miskolci propõe uma educação não normalizadora, afirmando que a educação deve ser uma atividade dialógica, buscando sempre o estabelecimento de relações mais simétricas. Isto se dá, para o autor, quando se identificam e se desconstruem as categorias naturalizadas. É nessa direção que apresentaremos na próxima seção alguns dos princípios que orientam nossas atividades de formação.

## 2. Diversidade como princípio para formação

Temos trabalhado em nossas oficinas com a proposta de ampliar e desnaturalizar o senso comum, marcado pelo preconceito em relação à sexualidade e às relações de gênero. Assim, ao pensarmos uma pedagogia da diversidade, buscamos uma proposta metodológica que possibilite uma relação entre ministrante e participante menos vertical, na qual haja troca de saberes e conhecimentos.

As/osicineiras/os são propositoras/es que constroem ferramentas buscando disparar o debate. O intuito é não reproduzir a dinâmica de uma aula expositiva, mas considerar este espaço uma possibilidade de trabalhar teoria/prática, pautando outras maneiras de se estar ou de reconhecer as pessoas no mundo, desconstruindo aquelas formas que são marcadas pelo preconceito e pela discriminação.

Pensar em outros modos de reconhecer os diferentes sujeitos no mundo implica em demonstrar como processos históricos definiram as categorias de sexo, gênero, sexualidade, classe e raça e hierarquizaram as pessoas em relação a esses marcadores sociais.

Compreendemos que os processos de educação não se dão tão somente em espaços institucionais, tais como a escola. A naturalização está presente em nossos corpos, através da repetição diária de ideias e associações do que é ser mulher, ser homem, ser homossexual, ser heterossexual, ser cisgênero, ser trans, rica/o, pobre, branca/o, negra/o. Nesse sentido, as oficinas que realizamos têm como proposta refletir sobre a cultura na qual estamos imersas/os e da qual emergimos como sujeitos.

As oficinas, ao buscar romper com os estereótipos, são uma possibilidade de pensar o cotidiano e a forma como reproduzimos as hierarquias, as discriminações e os preconceitos. De forma coerente com nossa orientação conceitual, consideramos-nos como sujeitos produzidos por processos de aprendizagem e por um contexto sociocultural próprio a um tempo histórico e um espaço geográfico específicos, assim, buscamos trabalhar de forma horizontal colocando-nos em questão nos processos de interação com o público das oficinas. Para que seja possível se colocar no espaço de trocas e buscar o deslocamento em relação às naturalizações, as/os oficinasandas/os precisam se engajar em uma prática permanente do exercício de questionamento e reformulação daquilo que é tido como “natural” e “normal”, identificando quando esses atributos produzem violências e hierarquias.

Buscamos evidenciar como a norma (o conjunto de regras e saberes que definem o que é normal e o que é anormal) atua na construção dos sujeitos relacionando ser homem à



masculinidade<sup>9</sup>, a qual dependeria da afirmação do desejo por mulheres e, da mesma forma, relacionando mulheres com feminilidade e ao desejo por homens<sup>10</sup>. Quando indivíduos não se encaixam nesta norma, estão sujeitos a diversas formas de violência. O mecanismo de legitimação da violência remete ao processo que descrevemos anteriormente, ou seja, quando pessoas são situadas no avesso da norma, coloca-se em ação a oposição norma/natural versus anormal/patológico ou imoral.

Em relação às questões de gênero e sexualidade que foram trabalhadas nas oficinas, buscou-se questionar a cadeia de significados/sentidos que relaciona corpo, sexo, gênero e sexualidade como um dado natural e obrigatório. As manifestações de violência contra pessoas que se deslocam desta cadeia de significados são cotidianamente expressas através de piadas, discriminação, agressão física e até assassinato<sup>11</sup>.

Durante as oficinas, as/os oficinairas/os buscam desconstruir as naturalizações que sustentam as relações de poder envolvidas

---

9 Como já afirmamos anteriormente, o que se define por masculinidade e feminilidade depende de cada cultura e de cada tempo histórico, uma vez que são construções sociais.

10 Adrienne Rich (1980) chamou essa imposição de heterossexualidade compulsória.

11 O Grupo Gay da Bahia publica anualmente um relatório sobre assassinatos de pessoas LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais, Travestis e Transgêneros) no Brasil: em 2013, foram documentados 312 assassinatos de gays, travestis e lésbicas no Brasil, sendo que o país conta com 40% dos assassinatos de travestis e de transexuais do mundo. Ver em: <http://www.midianews.com.br/storage/webdisco/2014/02/14/outros/747486191270d149b81fdfe548b921d1.pdf>

nas hierarquias reiteradas pelas normas de sexo e gênero citadas. A discussão que coloca tanto as/os oficineiras/os dentro de marcadores sociais da diferença (como homem, mulher, hétero, homo, cis, trans, branca/o, negra/o, pobre, rica/o) evoca a/o interlocutora/o a questionar a sua própria constituição dentro destes marcadores e como isso se relaciona com a manutenção de relações de poder. Passamos agora a descrever brevemente a dinâmica de algumas oficinas.

### 3. As oficinas

#### 3.1. Oficina dos palavrões

Nesta dinâmica, as/os participantes foram instigadas/os a dizerem todos os palavrões que ouviam no seu dia-a-dia. Depois de escrevê-los todos juntos em um lugar visível a todas/os (como, por exemplo, no quadro ou em um cartaz) questionou-se o porquê destas palavras serem ofensivas, quem elas ofendem e de que maneira.

Quase sempre, todos os palavrões mencionados estavam relacionados com manifestações de homofobia, sexismo e racismo. A partir desta análise, questionam-se as ideias que sustentam o caráter ofensivo de tais palavras e, assim, podemos problematizar como o seu uso naturaliza e reforça alguns preconceitos e violências.

#### 3.2 Oficina: A cor dos quartos em fotografias

Nesta oficina utilizamos as imagens produzidas pela fotógrafa Sul-Coreana Yoon Jeong Mee. Nestas imagens aparecem fotografadas crianças da Coreia do Sul, Estados Unidos e outros países. As fotografias retratam meninas e meninos em seus quartos com todos os seus pertences.

Nestas imagens, as crianças com identidade de gênero de meninas possuem todos os pertences na cor rosa e seus objetos são maquiagem, bonecas, acessórios de cozinha; enquanto que nos retratos dos meninos temos objetos azuis, sobretudo super-heróis, jogos de conhecimento, instrumentos musicais.

As associações entre feminilidade e masculinidade nestas imagens estão necessariamente ligadas às formas como nos percebemos e nos reconhecemos no cotidiano, pois relacionamos gênero a cores ou objetos, tais como brinquedos, simulando escolhas e uma série de signos e referências ligadas à vida adulta. Como exemplo, podemos pensar nas brincadeiras de boneca, e na associação construída ligando mulher a um “instinto materno”.

As/os oficinandas/os percebem a si mesmas/os como sujeitos a estas mesmas normas ao confrontar-se com uma imagem tão explícita da repetição da cadeia corpo/gênero/sexualidade. A partir daí, pode-se questionar a validade/violência desses regramentos, enquanto limitadores de experiência para os diversos gêneros.

A repetição dos itens colocados justapostos e as cores deslocam nosso olhar acostumado/confortado pela naturalização, no cotidiano, destas relações. Há um efeito de desconforto e de estranhamento diante do que é naturalizado dentro de uma cultura binária que dicotomiza nosso olhar classificando quase tudo como masculino ou feminino.

### 3.3 Oficina: A Revolta de Stonewall

Esta oficina utiliza a tirinha intitulada “Stonewall” que conta a história da revolta, ocorrida no ano de 1969, em um bar, em Nova York, Estados Unidos, chamado Stonewall Inn. O bar era frequentado por lésbicas, gays, travestis e transexuais e, nessa

época, havia muita repressão policial, já que era considerado crime vestir-se com roupas “inadequadas para seu gênero”. No dia da revolta, uma pessoa que se identificava como lésbica foi presa, mas resistiu à prisão, junto de diversas travestis que resolveram lutar contra a repressão policial.

Através dessa história, pode-se contextualizar a luta política pelos direitos civis para a população LGBT. Também buscamos associar essa luta com outras como as dos Movimentos Negros e as histórias de resistência à violência, evidenciando que datas como a de Stonewall ou 20 de novembro (Zumbi dos Palmares, dia da consciência negra) são emblemáticas para as lutas e para a resistência, as quais, para além desses acontecimentos, travam-se também no cotidiano.

### 3.4 Oficina: Histórias de homens que viveram como meninas

Esta oficina mostra, por meio de um documentário, recortes da história de vários homens trans. O documentário chama-se “Eu sou homem” e foi produzido pelo Coletivo de Feministas Lésbicas/Minas de Cor, dirigido por Márcia Cabral, em 2008. A partir do vídeo, as/os afinandas/os são questionados a respeito das histórias que ouviram, e quais as dúvidas e questionamentos emergiram. É frequente que o tema da transexualidade suscite muitas questões a respeito de alguns comportamentos como sendo próprios a homens ou a mulheres. Além disso, também se discute a relação da orientação sexual para a constituição/ identidade de gênero. Buscamos aqui romper com os estereótipos e com a imposição de uma colagem entre identidade de gênero e orientação sexual, uma vez que pessoas transexuais podem

ser tanto heterossexuais, como homossexuais e bissexuais, etc. Essa informação causa surpresa em muitas/os oficinandas/os que acreditam que é a orientação sexual que conforma a identidade de gênero de cada um. Exemplo: crença de que uma pessoa só é “homem” desde que goste “de mulheres”. Assim, um homem transexual deveria desejar somente mulheres para legitimar a sua identidade de gênero. Entretanto, a orientação do desejo não é parâmetro para definir a identidade de gênero (ser homem ou ser mulher, etc.). Logo, um homem transexual, por exemplo, pode desejar exclusivamente outros homens (ser gay).

Estereótipos de gênero e sua relação com a sexualidade podem ser desconstruídos, bem como a ideia de que são características físicas que levam aos comportamentos atribuídos ao gênero. Nessa oficina se busca abordar as manifestações de sexismo e heterossexismo que hierarquizam o gênero e a sexualidade a partir da trajetória de pessoas trans.

### 3.5 Oficina: Amanda e Monick

Uma oficina similar foi proposta a partir do curta “Amanda e Monick” (Direção e Roteiro: André da Costa Pinto. Duração: 19 min. Ano: 2007). Este documentário apresenta a vida de duas travestis que têm histórias muito diferentes: uma delas é professora em uma escola pública e a outra é trabalhadora do sexo, ambas de uma pequena cidade no sertão do Nordeste brasileiro. As formações diversas de família também podem ser abordadas a partir deste documentário, no qual Monick, que tem uma companheira lésbica que está grávida dela, diz: “Quando a criança nascer, eu vou ser a mãe e a Nilda [sua companheira] será o pai”. Ou seja, fica explícita uma configuração singular de

família, na qual a atribuição de quem será o pai e a mãe independe de qualquer recurso a um corpo biologizado.

Neste documentário, uma das questões que tende a gerar reflexão é a constituição de identidades “inesperadas” ou a possibilidade de relação dentro de um lugar não comum. A categorização e fixação das identidades ligadas à orientação sexual, assim como o preconceito, são os temas centrais do documentário. Ele mostra como as categorias (gay, lésbica, trans, cis, homossexual, heterossexual, etc.) que o discurso acadêmico (assim como o dos movimentos sociais e das políticas públicas) construiu é sempre insuficiente para dar conta da diversidade de experiências de vida possíveis. Trata-se de uma ferramenta ótima para embaralhar as categorias e mostrar que a necessidade de rotular tudo, além de não dar conta das experiências, produz violências múltiplas.

## Considerações finais

Por meio do desenvolvimento das oficinas, buscou-se produzir deslocamentos de sentido e suspensão das naturalizações nas pessoas que participaram das formações. As trocas de experiências, tanto entre as pessoas presentes, quanto a partir das histórias que integravam os materiais utilizados, possibilitaram oferecer referências diferentes dos padrões heterossexistas e cisnormativos para pensar as relações de gênero e a(s) sexualidade(s). Buscamos assim entrar na disputa do jogo de verdades a partir do qual nos constituímos como sujeitos do nosso tempo e agimos sobre os/as outros/as e sobre nós mesmos/as.

Muitas vezes, esse processo vem acompanhado de desconforto, incerteza e dúvida tanto para as/os participantes, como para as/os ministrantes das oficinas, quando se deparam

com diferentes formas de ser/estar no mundo deslocando certezas e dando visibilidade para privilégios e discriminações no cotidiano. Acreditamos que uma formação só tem efeitos se o afeto estiver presente, pois a mudança depende de uma aprendizagem quanto à forma como nos vemos e como vemos as/os outras/os. Esse processo implica em sair da “zona de conforto”, em deparar-se com os privilégios sociais atribuídos à heterossexualidade, à branquitude, à cisgeneridade e aos homens, para reconhecer que, por vezes, compactuamos com as injustiças e violências ao reproduzirmos os regramentos em relação à sexualidade e ao gênero na sua intersecção com outros marcadores como raça/cor e classe.

É papel das/os condutoras/es das oficinas colocar-se “na roda” para acompanhar o deslocamento que se opera ao percebermos o mundo em que estamos com olhares diferentes, exercendo de fato um diálogo e um entendimento de que os direitos humanos são uma responsabilidade de todas/os.

## Referências

- Butler, Judith P. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Collins, Patricia Hill. (1989). *The Social Construction of Black Feminist Thought Signs*, Vol. 14, No. 4, 745-773.
- Costa, Angelo B.; Peroni, Rodrigo O. ; Bandeira, Denise R.; Nardi, Henrique C. (2012). Homophobia or sexism? A systematic review of prejudice against nonheterosexual orientation in Brazil. *International Journal of Psychology*, 48 (5), 900-9.
- Crenshaw, Kimberlé. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos feministas 1*, 171-189.
- Guaranha, C. (2014). *O Desafio da Equidade e da Integralidade: Travestilidades e Transexualidades no Sistema Único de Saúde*. 2014. 145f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Haraway, Donna. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5), 7-41. 1995.
- Scott, Joan. (jul/dez 1995). *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação e Realidade*. Vol.20 (2), 71-100.
- Meyer, Dagmar. (2005). Gênero e Educação: Teoria e Política. In: *Corpo Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na Educação*.
- Miskolci, Richard. (2012). *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.
- Nardi, Henrique C. (2014). Nas bordas do humano: lutas pelo reconhecimento e capturas identitárias. In: Alexsandro Rodrigues; Catarina Dallapicula; Sérgio R. da S. Ferreira. (Org.). *Transposições:*



*lugares e fronteiras em sexualidade e educação*. 1ed., p. 213-225. Vitória: EDUFES.

Rich, Adrienne. (1980). Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. In *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 5, 631-60.

Skliar, Carlos. (2003). *Pedagogia (improvável) da diferença e se o outro não estivesse aí?* Porto Alegre: DP & A.